



Campinas, 22 de novembro de 2013

Ao Prof. Dr. Jorge Coli
Diretor do IFCH

Caro Jorge,

O objetivo desta missiva é sugerir que a Congregação de nosso Instituto, em sua próxima reunião ordinária, discuta e se posicione a respeito da questão do estabelecimento de cotas para negros e indígenas em concursos de ingresso no quadro de funcionários da UNICAMP.

O Instituto deve se dedicar a esse tema por vários motivos. Em primeiro lugar, sem que precisemos sequer mencionar as explicações históricas e a continuidade do processo de reprodução de preconceitos e desigualdades de raça em nossa sociedade, há a observação do que se desenrola diante de nossos olhos, em nossa própria comunidade, quanto à racialização das relações de trabalho. Ocorre um embranquecimento progressivo, diríamos até dramático, do quadro de funcionários de carreira da universidade. Os concursos públicos cada vez mais competitivos para o ingresso nos quadros do funcionalismo têm reproduzido na UNICAMP, de modo agudo, a perversidade da ideologia meritocrática quando aplicada abstratamente em situações cotidianas caracterizadas por uma desigualdade enorme de acesso à educação, à cultura e aos demais requisitos de bem estar social. Se não agirmos agora, em breve a UNICAMP não terá mais negros entre seus trabalhadores, perpetuando-se entre nós, de modo inaceitável, as práticas e a realidade da exclusão racial prevalentes na sociedade brasileira.

Ou melhor, continuaremos a ter, sim, trabalhadores negros entre nós, contratados por empresas prestadoras de serviços diversos à universidade –os chamados trabalhadores terceirizados. Eles cá estão, cada vez mais numerosos, em geral senhores e senhoras de idade, a varrer, esfregar, enxugar, espanar, enfim limpar tudo o que exigimos deles, em longas horas de trabalho, com direitos precários e salários liliputianos, para não dizer miseráveis. Esse tipo de divisão racial do trabalho, acarretando acesso desigual a direitos e garantias, precisa ser enfrentado pelo IFCH e pela universidade como um todo.

Como se vê, o problema é muito abrangente e complexo. Entre as várias iniciativas necessárias para enfrentá-lo, sugerimos o estabelecimento imediato de cotas para negros e indígenas em concursos de ingresso aos quadros do funcionalismo da universidade, na proporção equivalente à presença deles na população geral do estado de São Paulo (os negros constituem aproximadamente 34% da população do Estado; os indígenas são bem menos do que 1%). Ao fazer semelhante proposta, devemos lembrar que o Supremo Tribunal Federal reconheceu recentemente, em decisão unânime e memorável, o caráter constitucional das políticas públicas de ação afirmativa. Ademais, no momento, tramita no congresso um projeto do executivo destinado a reservar 20%

dos postos disputados em concursos públicos da administração federal, de autarquias, fundações públicas e de empresas sob o controle da União a candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição.

Solicitamos então que a Congregação do IFCH aprecie esta proposta e, caso aprovada, seja ela levada pela Direção do Instituto ao egrégio Conselho Universitário da UNICAMP.

Atenciosamente,

Fernando Teixeira da Silva

Lucilene Reginaldo

Omar Ribeiro Thomaz

Robert W. A. Slenes

Sidney Chalhoub

Silvia Hunold Lara